

19. PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO PARA CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA INSTALAÇÃO DE ZONA DE CONCENTRAÇÃO E APOIO À POPULAÇÃO, CELEBRADO COM A PROVÍNCIA PORTUGUESA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS;

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a minuta da proposta de adenda mencionada em epígrafe, que vai em anexo.

PROPOSTA

PROPOSTA DE ADENDA AO PROTOCOLO PARA CEDÊNCIA DE PRÉDIO PARA INSTALAÇÃO DE ZONA DE CONCENTRAÇÃO E APOIO À POPULAÇÃO, CELEBRADO COM A PROVÍNCIA PORTUGUESA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS

Considerando:

- O teor e a vigência do protocolo celebrado a 10 de Novembro de 2020, entre o Município de Braga e a Província Portuguesa da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, que prevê a cedência, pelo período de 6 meses, de um prédio sito na União das Freguesias de Nogueiró e Tenões, concelho de Braga, para instalação de uma Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP);
- Que o Município de Braga instalou, no prédio antes mencionado, um alojamento de emergência destinado ao acolhimento preventivo de público vulnerável proveniente da comunidade, nomeadamente pessoas em situação de sem-abrigo;
- Que, na unidade supramencionada, são efetuados diversos esforços de articulação com inúmeras entidades com vista à autonomização dos utentes e/ou colocação em respostas adequadas, sejam habitacionais, no mercado de trabalho e/ou em comunidades terapêuticas;
- Que, presentemente, estão acolhidos 10 utentes na ZCAP de Nogueiró;
- Que se mantêm atuais o enquadramento e motivos que conduziram à celebração do referido Protocolo;
- A importância da promoção de serviços de apoio capazes de dar resposta, de uma forma próxima, qualificada e humanizada, às necessidades e expectativas dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social;
- Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- Que foi a ouvida a Instituição parceira sobre a possibilidade de prorrogação, por mais um mês, do protocolo antes celebrado, estabelecendo o seu término no dia 30 de Junho de 2021, tendo a mesma manifestado a sua concordância.
- O disposto nas alíneas g), h) e j) do n.º 2 do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido da celebração da adenda ao protocolo, em anexo, nos termos propostos na minuta apresentada.

Braga, 26 de Abril de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga


Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

ZCAP – TIPOLOGIA - ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA

ADENDA AO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA

Celebra-se a adenda ao acordo assinado a 10 de Novembro de 2020, entre:

PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506901173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato.

E

SEGUNDO: PROVÍNCIA PORTUGUESA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, com o número único de identificação de pessoa coletiva e de matrícula 500951950, com sede na Rua Prof. Luís da Cunha Gonçalves n.º 3, 1.º Esq., 1600-826 Lisboa, representada neste ato por _____ na qualidade de Superiora provincial, com poderes para o ato.

Que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA


Duração do protocolo

1 - O protocolo de cedência do prédio onde se encontra instalada a ZCAP de Nogueiró terá duração até ao dia **30 de Junho de 2021**.

Feita em Braga, em dois exemplares de uma página cada, devidamente assinada, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

Em 26 de Abril de 2021.

Pelo Município, o seu Presidente,



(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

Pela Instituição, Província Portuguesa da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, a Superiora Provincial,



ZCAP – TIPOLOGIA - ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA

PROTOCOLO DE CEDENCIA

A COVID-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde como pandemia, no dia 11 de março de 2020.

Neste seguimento várias medidas têm sido adotadas para conter a expansão da doença.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 70-A/2020, de 10 de setembro veio estabelecer a adoção de medidas mais restritivas do que aquelas que têm vindo a ser tomadas depois do estado de emergência, dada a situação vivida em Portugal após o período de verão/férias, pois por um lado, verifica-se um crescimento de número de novos casos diários de contágio da doença e, por outro, com o início do ano letivo escolar prevê-se um aumento de pessoas em circulação.

Neste enquadramento, a alínea c) do artigo 23.º da referida RCM preconiza a *“Colocação em prontidão de equipamento de âmbito municipal ou outro, para eventual necessidade de alojamento de pessoas em isolamento profilático ou em situação de infeção confirmada da doença COVID-19 que, face à avaliação clínica, não determine a necessidade de internamento hospitalar”*.

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e a Direção-Geral da Saúde definiram um conjunto de procedimentos para a instalação destes equipamentos que denominam de **Zonas de Concentração e Apoio à População (ZCAP)**.

Ora,

Considerando que o Município não dispõe de espaços com as características adequadas para a instalação destas ZCAP.



Considerando a disponibilização por parte da instituição **PROVÍNCIA PORTUGUESA da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus** de um espaço para o efeito.

Considerando a importância da disponibilização deste espaço, já que permitirá criar as condições necessárias à instalação de um Alojamento de Emergência,

Considerando que o objetivo de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, nas áreas da saúde e Proteção civil, se enquadram no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º do Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Celebra-se o presente acordo, entre:

PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, em Braga, pessoa coletiva de direito público nº 506 901 173, neste ato devida e legalmente representado pelo seu Presidente, Dr. RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, com poderes para o ato, doravante designado simplesmente por **MUNICÍPIO**,

E

SEGUNDO: PROVÍNCIA PORTUGUESA DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS HOSPITALEIRAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, com o número único de identificação de pessoa coletiva e de matrícula 500 951 950, com sede na Rua Prof. Luís da Cunha Gonçalves n.º 3, 1.º Esq., 1600-826 Lisboa, representada neste ato por _____, na qualidade de Superiora provincial, com poderes para o ato, adiante designada por **INSTITUIÇÃO**,

Que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objecto

1. O presente contrato tem por objeto a cedência ao **MUNICÍPIO** da utilização de parte do prédio sito na União das freguesias de Nogueiró e Tenões, concelho de Braga, descrito na



Conservatória do Registo Predial de Braga sob o número 715/20020726 e inscrito na respetiva Matriz Urbana sob o art.º 235, no estado em que se encontra, conforme planta anexa.

2. O MUNICÍPIO utilizará o edifício para instalação de uma Zona de Concentração e Apoio à População (ZCAP), não lhe podendo ser dado outro fim, sem autorização da **INSTITUIÇÃO**.
3. O MUNICÍPIO fica desde já impedido de sublocar, emprestar ou ceder, total ou parcialmente, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa da **INSTITUIÇÃO**.
4. O MUNICÍPIO deverá manter o Edifício em perfeito estado de conservação e funcionamento, e finda a vigência do presente contrato, deverá entregar à **INSTITUIÇÃO** o Edifício em bom estado de conservação.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fim

1. O espaço referido tem como finalidade a instalação de um **Alojamento de emergência**, destinado a alojamento preventivo de público vulnerável proveniente da comunidade (p.e. pessoas em situação de sem-abrigo).
2. A iniciativa de instalação e a coordenação do funcionamento destes espaços é do **Município**.
3. O MUNICÍPIO, obriga-se a seguir as regras instituídas pela DGS, sobre o espaço em causa, designadamente as Guidelines «ZCAP COVID_19 Orientações para a instalação e gestão técnica de Zonas de Concentração e Apoio à População no âmbito do COVID_19».
4. Embora se destine primordialmente a pessoas sem indicadores de exposição a doentes COVID-19, ou pelo mesmo sem informação dessa exposição, deve contemplar os necessários procedimentos de prevenção de contaminação e deve permitir a monitorização diária de surgimento de sintomas entre os utilizadores.



CLÁUSULA TERCEIRA

Gratuidade da cedência

A cedência não importa o pagamento de quaisquer contrapartidas financeiras à **INSTITUIÇÃO**.

CLÁUSULA QUARTA

Duração, alteração e denúncia do protocolo

- 1 - O presente protocolo terá a duração de seis meses, podendo ser renovado por iguais períodos de tempo, se interesses de saúde pública assim o justificarem.
- 2 - Durante a vigência do protocolo poderão ser introduzidas alterações, as quais, efetuadas mediante expresso mútuo acordo e após formalização, passarão a ser parte integrante do protocolo.
- 3 - O presente protocolo poderá ser revogado mediante expresso mútuo acordo ou por qualquer das partes, mediante prévia comunicação escrita, com antecedência de trinta dias.

CLÁUSULA QUINTA

Obrigações do Município

O MUNICÍPIO responsabiliza-se pelo pagamento das seguintes despesas, atinentes à utilização do edifício que é objecto deste Protocolo, podendo repartir esses encargos no quadro das parcerias locais de gestão do espaço que vier a estabelecer:

- a. segurança 24 horas;
- b. recursos humanos (equipa técnica);
- c. adaptação do espaço para o fim que é cedido (pequenas obras com conhecimento e anuência da INSTITUIÇÃO);
- d. água e luz;
- e. gás (pela necessidade de aquecimento do local);
- f. refeições dos utentes que fiquem alojados;
- g. serviço de lavandaria da roupa de utentes;
- h. limpeza do espaço.



CLÁUSULA SEXTA

Obras

1. O MUNICÍPIO deverá manter o espaço mencionado na Cláusula Primeira em perfeito estado de asseio, conservação e segurança.
2. Todas as obras que forem necessárias à adaptação do edifício para o fim a que se destina, serão executadas por conta do MUNICÍPIO e carecem de autorização prévia da **INSTITUIÇÃO**, independentemente da observância das disposições legais aplicáveis.
3. Finda a ocupação, o MUNICÍPIO não terá direito a qualquer indemnização ou compensação nem poderá alegar o direito de retenção em relação a obras ou benfeitorias que tenha executado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Parcerias

1. A **INSTITUIÇÃO** autoriza que o MUNICÍPIO estabeleça parcerias locais para a gestão deste espaço, não podendo contudo vir a cedê-lo a terceiros fora dessas parcerias, nem cobrar contrapartidas financeiras pela utilização do mesmo.
2. Desde já fica autorizada a parceria com o CENTRO DISTRITAL.

CLÁUSULA OITAVA

Outras obrigações do MUNICÍPIO

1. O MUNICÍPIO compromete-se a avisar a **INSTITUIÇÃO** sempre que tenha conhecimento de que algum perigo ou ameaça ao espaço ou que terceiros se arrogam direitos sobre ele.
2. E obriga-se a impedir a ocupação por terceiros de todo ou parte do espaço e responsabilizar-se-á por eventuais prejuízos que a **INSTITUIÇÃO** vier a sofrer.

CLÁUSULA NONA

Incumprimento

1. O incumprimento de qualquer das obrigações constantes do clausulado anterior confere à **INSTITUIÇÃO** o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação do espaço cedido.



2. O encerramento ou não utilização das instalações para os fins próprios, sem justificação fundamentada e aceite pela INSTITUIÇÃO confere, também, a esta o direito de resolver o presente Protocolo e ordenar a desocupação.

CLÁUSULA DÉCIMA

Acompanhamento e monitorização do Protocolo

1. O acompanhamento e o controlo deste Protocolo será feito pelo MUNICÍPIO, pela Chefe do Gabinete do Presidente, Ana Ferreira.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA

Comunicações

1. Todas as comunicações entre as PARTES a efetuar ao abrigo do presente Protocolo devem ser efetuadas por escrito, mediante e-mail, para as respetivas moradas das outorgantes a seguir indicadas:

gab.presidencia@cm-braga.pt

sup.provincial@irmashospitaleiras.pt

2. Quaisquer alterações aos endereços indicados no número anterior apenas se tornarão efetivas após a receção pelas PARTES da respetiva comunicação escrita.

DÉCIMA-SEGUNDA

Produção de Efeitos

O presente Protocolo entra em vigor na data da entrega ao MUNICÍPIO do espaço referido.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

Resolução de conflitos

As partes comprometem-se a resolver de forma amigável qualquer litígio que possa surgir da execução do presente protocolo.



BRAGA
Município

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO - DIVISÃO SERVIÇOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA


Interpretação

As dúvidas suscitadas pela aplicação das regras do protocolo, bem como as omissões, serão esclarecidas e interpretadas de comum acordo, dentro do princípio geral da boa-fé e na esteira da interpretação mais favorável à prossecução das finalidades expressas.

Feito em Braga, em dois exemplares de sete páginas cada, todas devidamente rubricadas e a última assinada, ficando cada outorgante na posse de um exemplar.

Em 10 de novembro de 2020

Pelo Município, o seu Presidente,


(Ricardo Rio)



Pela Instituição, Província Portuguesa da Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, a Superiora Provincial